

AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA POLÍTICA PARA A COMPREENSÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR NO BRASIL

CONTRIBUTIONS FROM POLITICAL HISTORY FOR THE UNDERSTANDING OF CIVIL-MILITARY REGIME IN BRAZIL

Eustáquio Donizeti de PAULA*

Resumo: Este artigo procura compreender os (des)caminhos da História Política e como se desenvolveram as relações de poder, cultura, imprensa e história no regime civil-militar brasileiro, período (1964-1985) em que o modelo político exaltava as realizações do governo ditatorial para buscar legitimidade, ao mesmo tempo em que impedia a formação crítica dos cidadãos e censurava os opositores. Amparado pela História Política, o trabalho visa a desenvolver uma investigação que possibilite levantar os caminhos da cultura política para compreender as bases de sustentação e as resistências ao regime civil-militar implantado em 1964.

Palavras-chave: História Política; Regime civil-militar; Imprensa.

Abstract: This article tries to understand the (mis)directions of Political History and how the relations of power, culture, press and history developed during Brazilian civil-military regime, period (1964-1985) in which the political model exalted the achievements of dictatorial government to find legitimacy, while preventing the formation of critical citizens and censored opponents. Sustained by Political History, this paper aims to develop a research which allows raising the paths of political culture to understand the bases and resistance to civil-military regime established in 1964.

Keywords: Political History; Civil-military regime; Press.

Introdução

Na produção do conhecimento histórico, a utilização dos meios de comunicação entre os pesquisadores, seja como objeto ou fonte de pesquisa, tem-se ampliado consideravelmente. As pesquisas e reflexões sobre a atuação da imprensa ante o golpe civil-militar¹ de 1964 e suas implicações em relação à liberdade de expressão e ao controle sobre a sociedade são relevantes para a compreensão da História Política recente do país, principalmente porque, mesmo após quase três décadas de redemocratização, algumas marcas do período ainda permanecem. Nos regimes políticos embasados no autoritarismo, a atuação dos jornalistas, articulistas e demais

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP *Campus* Franca. Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM *Campus* Uberaba. E-mail: eustaquiodonizeti@iftm.edu.br

colaboradores da imprensa lidam com o cerceamento de suas atividades, seja com a censura, a apreensão e confisco de edições inteiras, coação e violência física contra os profissionais envolvidos, ou mesmo a pressão política e o fechamento das empresas jornalísticas.

No entanto, ao utilizar os meios de comunicação como fonte e objeto de pesquisa, o historiador deve compreender que a imprensa é um importante instrumento cultural de formação de opinião, expressando a ideologia e os interesses políticos, não só de seus redatores e articulistas, mas também, e principalmente, de seus proprietários, financiadores e anunciantes. Em geral, a imprensa não é independente, apesar de procurar demonstrar o contrário. Principalmente nos grandes veículos de comunicação, a aproximação com o poder político e econômico compromete a criticidade e a própria autonomia dos profissionais envolvidos na mídia. Isso decorre principalmente por questões financeiras e ideológicas:

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público. O controle de meios tão significativos determinou aproximações nem sempre éticas entre os ocupantes do poder e os proprietários dos meios de comunicação. Não faltam exemplos, nos mais diferentes países, de subvenções, favorecimentos, financiamentos privilegiados, isenções e facilidades de toda ordem para empresas que se mostram sensíveis às necessidades e interesses governamentais. A pressão dos anunciantes, fonte fundamental de sustento, também não pode ser menosprezada e não é à toa que se afirma que o jornal é vendido duas vezes: uma para os que anunciam nele e outra para o leitor. [...] A defesa dos interesses econômicos e valores ideológicos compartilhados pelos acionistas dessas macro organizações acabou por afetar sua capacidade de atuação crítica, denúncia e vigilância, porque passaram a integrar o próprio poder que deveriam fiscalizar (LUCA; MARTINS, 2006, p. 11-12).

Nessa reflexão, Nora (1976) acrescenta que a mídia pode manipular a informação e subinformar, pois os grandes veículos de comunicação tornaram-se os detentores do monopólio da história. Os acontecimentos são cada vez mais manipulados pelos jornalistas, os historiadores do instante, fenômeno que o intelectual francês denomina de presentismo.

Os meios de comunicação trouxeram de volta à cena o acontecimento, permitindo ao homem vivenciar a história contemporânea: “o acontecimento é

projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo” (NORA, 1976, p. 183). O fato torna-se carregado de imediatismo e traz ao historiador um grande problema, não há um distanciamento de tempo necessário para que se faça uma análise mais densa do evento, questão essencial ao ofício do historiador. Em uma sociedade marcada por uma demanda crescente de informação instantânea na comunicação, o jornalismo tirou da história o papel de formulador da memória. Um acontecimento necessita explicação e maior capacidade de análise para transformar a informação em conhecimento e destaca o papel do historiador ao afirmar que o jornalista tem maiores dificuldades de fazer esse exercício de reflexão.

Destarte, com a ampliação dos recursos tecnológicos, principalmente com o advento da *internet* e a celeridade das informações em rede, há que se destacar a relevância atribuída ao papel do presente, proporcionada pela cobertura instantânea e ao vivo nas diversas mídias, fato que tem impellido a superficialização e a fragmentação da informação, além da descontextualização do próprio conhecimento na sociedade da informação:

A velocidade com que as notícias se sucedem e se sobrepõem acaba gerando a tirania do último informe, contribuindo poderosamente para que o importante de hoje esteja esquecido na edição da noite ou, no máximo, na de amanhã. Predominam, portanto, a superficialidade, a rapidez e o acúmulo de dados, sem que o leitor, ouvinte ou telespectador tenha oportunidade efetiva de conhecer. Já não se trata de perguntar apenas quem lê tanta notícia, mas se quem ouve e vê é capaz de compreender tanta notícia. Ao mesmo tempo que a tecnologia amplia de forma inusitada a circulação de dados e festeja a era da sociedade da informação, a atividade jornalística atravessa um período de descrédito significativo, deixando uma sensação de desinformação, apesar da avalanche de notícias que nos alcança em toda parte (LUCA; MARTINS, 2006, p. 14).

No entanto, essas consideráveis transformações tecnológicas da comunicação, em tempos atuais, transformaram as intrincadas maneiras de percepção do real (passado, presente, futuro). Destarte, os historiadores que trabalham com a renovada História Política, e fazem suas análises sob diversos prismas, devem considerar o tempo presente como lugar especial, visto que o “acontecimento mudou de dimensão: é agora imediato, posto em cena e compartilhado por indivíduos, grupos e nações” (CAPELATO 2009, p. 30).

Assim, entendemos que para fazer a análise do tema que o presente trabalho busca tratar, torna-se necessário conhecer o caminhar da História Política para a

compreensão das tendências políticas, culturais, econômicas e ideológicas estabelecidas que levaram ao golpe e à consolidação do regime civil-militar, na segunda metade do século XX, no Brasil.

Os (des)caminhos da História Política

Até o século XIX e início do século passado, a História Política tinha como objeto de estudo os fatos e os grandes feitos militares nas batalhas, nas guerras e na diplomacia dos Estados, visando a exaltar as realizações dos governantes, diplomatas e militares. Era essencialmente tradicional, factual, subjetivista e linear. Para Falcon (1997), a análise dos objetos políticos iniciou-se com os olhares voltados para as instituições ligadas às nações e aos renomados da política, situação que persistiu por extenso período como objeto por excelência na produção histórica.

Nos termos de Rémond (2003), as vertentes historiográficas são nada mais que possíveis histórias da história, reflexões sobre as transformações da sociedade e as modificações das ideias, a tradicional História Política precisava de novos ares de reformulação. Assim, tornou-se o centro de críticas dos historiadores que buscavam um olhar sob uma nova perspectiva para a compreensão do processo histórico. A partir da década de 1920, iniciou-se uma análise crítica contundente do tradicionalismo histórico. Vale ressaltar que esta crítica se fez principalmente por meio de duas correntes historiográficas: a francesa, difundida nos anos 20, do século passado, por Lucien Febvre e Marc Bloch, iniciando uma inovação na produção historiográfica, denominada *Annales*², também denominada de Nova História. A outra corrente historiográfica é a de ideologia marxista que tem a concepção de que a análise das relações sociais deve ser interpretada pelo viés econômico, ou seja, através das relações de produção, sendo o objeto essencial de estudo o materialismo histórico e a luta de classes.

Burke (1991) compreende que os intelectuais da Escola de *Annales* pretendiam alterar as interpretações mais concisas por análises processuais de longa duração com a finalidade de dilatar a compreensão e a interpretação das culturas, das mentalidades e das estruturas da sociedade. Para os intelectuais franceses, o tempo histórico exhibe compassos distintos para os fatos, os quais podem ser factuais, conjunturais ou estruturais. Nessa concepção, Cardoso e Vainfas (1997, p. 134) afirmam que Braudel introduziu o estruturalismo na teoria histórica dos *Annales*, “relacionando as tenazes prisões de longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a

noção de estrutura do antropólogo Lévi-Strauss”.

Revel (2009), representante da quarta geração dos *Annales*, critica o estruturalismo de Braudel ao afirmar que os historiadores de longa duração foram insensíveis diante dos relevantes acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como a descoberta dos campos de concentração nazistas e os ataques nucleares norte-americanos. Nessa concepção de longa duração, os historiadores deveriam distanciar-se ao máximo em relação a uma realidade demasiadamente presente. Ao defender o retorno dos acontecimentos na produção histórica e criticar a longa duração, Revel (2009) entende que os indivíduos se destacam com suas ações e acabam moldando inevitavelmente as estruturas.

Compreender a cultura dos grupos sociais é essencial, uma vez que a ideia de cultura se tornou um paradigma para os historiadores na atualidade. A história só pode apreender o acontecimento reduzindo-o a parte de um sistema, ou seja, deve unir o acontecimento e a análise do contexto político, econômico, social e cultural. Acontecimentos e estruturas são interdependentes, ou seja, as estruturas só serão apreendidas através dos acontecimentos.

Na década de 1970, a condenação à História Política tradicional se acentuou através de Michel Foucault, quando este criticou a ideia da existência de apenas um centro irradiador de poder capaz de dominar toda a sociedade, pois somente as instituições estatais não são capazes de controlar todo o poder. O Estado se sustenta com o apoio dos micropoderes hierarquizados e dispersos no interior da sociedade. Para Foucault (1990, p. 221): “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado”.

Nessa perspectiva, a História Política tornou-se mais pluralizada e questionou os modelos historiográficos aportados nos amplos sistemas marxistas e funcionalistas. As contribuições da Nova História trouxeram novas perspectivas para a análise histórica, ultrapassando os embates de poder político e das questões econômicas. O que a princípio é político também afeta o econômico, o social, o cultural, uma vez que as relações na arena da história são amplas e distintas. Nessa reflexão, buscando alargar a compreensão acerca do conhecimento histórico, os conceitos de imaginário e representações sociais inserem-se nas transformações epistemológicas que seguiram a ascensão da História Cultural, que por sua vez contribuíram com os historiadores que trabalham no campo da política.

Na concepção de Baczko (1985), o imaginário é um conjunto de representações

sociais que estabelece significados que regem a existência da vida em sociedade, institui posições sociais, crenças e códigos de conduta. Ademais, interpreta a realidade dada, estabelece determinados sistemas de valores diante de seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Nesse sentido, o imaginário social é um espaço de rivalidades políticas, essencial nos momentos de transformações políticas e sociais, momento de novas configurações identitárias coletivas.

A área de estudo do imaginário social baseia-se em Karl Marx, que utiliza o conceito de ideologia e sua função nos grandes embates sociais; em Emile Durkheim, quando demonstra a relação entre as estruturas sociais e as representações coletivas e o modo como estas estabelecem o consenso social, e em Max Weber, na questão do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações. O imaginário social embasa e atua por meio dos sistemas simbólicos, construídos a partir da experiência da sociedade e de seus desejos, aspirações e motivações, enquanto as representações resultam da interação social entre indivíduos membros de uma comunidade e, com o tempo, elas se internalizam e passam a ser aceitas pela coletividade, “modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (BACZKO 1985, p. 311).

A reflexão, sobre a utilização das representações coletivas, proporciona a compreensão das funções do imaginário na sociedade e na competição pelo poder político e permite pensar sobre a associação do imaginário com o poder, já que os elementos políticos operam as representações coletivas para chegar e legitimar-se no poder.

Sobre as contribuições da história cultural, ganha relevância a análise dos valores e apreensões de mundo, bem como as ações dos membros das classes populares em seu cotidiano, no tempo e no espaço. Compreendemos que, com as críticas e contribuições já citadas, a História Política revitalizou-se com a inclusão de novas fontes, na inovação da narrativa, na abordagem dos objetos e na questão das temporalidades. As preocupações da História Política se alargaram para a compreensão dos processos de atuação dos partidos políticos, suas ideologias, embates eleitorais, propagandas, imaginário social dos eleitores e candidatos, na dimensão de sua cultura política. Reconhece-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem o complexo campo do político. E a cultura conquista e amplia seu lugar, antes restrito ao campo da economia e do social para explicar as dinâmicas da História:

A força de atração exercida por cultura política em anos recentes

Página | 13

História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, p. 8-26, dez. 2015.

deve-se, principalmente, à hegemonia do paradigma culturalista. Em outros momentos a política, a economia ou fatores sociológicos assumiram o papel de explicação última para os processos históricos, mas hoje a cultura ocupa esse lugar. Nos dias atuais é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para compreender a dinâmica da história. Em se tratando do paradigma culturalista, o mais preciso não é falar em dinâmica, ou movimento da história, e sim em permanências e mudanças lentas (MOTTA, 2009, p. 13-14).

A cultura política, na concepção de abordagem, só faz sentido quando se pretende observar as permanências e mudanças lentas da história, pois as relações de poder poderiam ser apreendidas empregando um enfoque cultural:

O conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais (GOMES, 2005, p. 30).

Sobre cultura política, conforme Motta (2009), se sua gênese remete ao clássico de Tocqueville, “A Democracia na América”³, editada no século XIX, foi somente na década de 1960 que o conceito se destacou nas ciências humanas com a publicação, nos Estados Unidos, da obra “A Cultura Cívica”⁴ de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989). Esses autores, amparados em conhecimentos de psicologia e antropologia, propuseram que os países, para desenvolverem-se, deveriam investir na industrialização e na educação para alcançar o estágio mais avançado de cultura política participativa. A cultura cívica se fundamenta nos modelos de democracias consolidadas dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental.

O lançamento de “A Cultura Cívica”, de Almond e Verba, nos anos 60, na segunda metade do século XX, insere-se no contexto da Guerra Fria, quando a diplomacia norte americana estimulou estudos de cultura política para conhecer os países sob sua órbita de influência, com o objetivo de alinhar sua política externa para afastar o risco de ameaça soviética entre os aliados. Nos anos 50, do século XX, cientistas sociais e políticos norte-americanos queriam entender a dinâmica política nos países subdesenvolvidos para conter o avanço socialista. Foram criados programas como a “Aliança para o progresso”, através de financiamentos para a educação e o

desenvolvimento econômico, com a estratégia de reforçar os vínculos com os Estados Unidos, entretanto acabaram fomentando regimes ditatoriais na América Latina (MOTTA, 2009).

Nessa compreensão, há uma relação acentuada entre regimes políticos estáveis e a cultura política cívica, entretanto, as temporalidades são diferentes: enquanto os regimes políticos podem sofrer alterações constantes, as transformações na cultura política são bem mais lentas e a longo prazo. Além disso, na América Latina os valores políticos e culturais estão bem distantes da cultura cívica participativa e democrática.

Outra análise significativa para a compreensão dos valores democráticos e de sua fragilidade, no caso do sistema político brasileiro, é a de Putnam (2005), quando afirma que o desempenho governamental se coaduna com o surgimento de organizações civis baseadas na colaboração entre iguais, o que contradiz com os vínculos tradicionais do coronelismo, patriarcalismo, clientelismo e patrimonialismo⁵, que se desenvolvem a partir de relações de dependência e exploração, tão típicas da cultura política nacional. Essas categorias conceituais se tornaram correntes nos esforços de análise para a compreensão acerca da formação da sociedade brasileira. No patrimonialismo, a administração pública é tratada como assunto meramente pessoal do senhor, extensão de sua propriedade e exercício de seu poder. Nessa relação torpe, o público e o privado se confundem e são partes de seu patrimônio pessoal (WEBER, 2000). Esses interesses particularistas obstaculizam a conformação de uma ordem social democrática mais justa no Brasil:

A instabilidade dos regimes democráticos relaciona-se à ausência de correspondência entre regime e cultura política e que a transformação da cultura política previamente autoritária ou semidemocrática em uma cultura política democrática em novos regimes democráticos é um dos mais importantes desafios (FREITAS, 2008, p. 54).

Schwartzman (1988) estabelece que as bases do autoritarismo brasileiro remetem ao sistema de formação do país como colônia portuguesa, que mesmo com a emancipação política, as raízes culturais e políticas coloniais perpassaram, condicionaram e influenciaram todo o processo de evolução histórica do país.

Como vimos, a cultura política no país foi marcada pelo autoritarismo e tem suas raízes históricas no modelo colonizador. Temos a consciência de que as relações autoritárias que se estabeleceram entre o Estado brasileiro, sua estrutura de sustentação e a população, permeiam não somente o político e o econômico, tal como era concebido

até há pouco tempo, mas também o social e o cultural. Sobre a questão, ao estudar os partidos políticos, Berstein defende que os trabalhos sobre História Política revelam:

A importância e a riqueza de um domínio que se situa no cruzamento da longa duração e do acontecimento singular e que recorre, para explicar as ações dos homens, a dados múltiplos e complexos cuja combinação desemboca na existência e na ação dos partidos: o peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, o jogo dos mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas (BERSTEIN, 2003, p. 58).

Assim, entendemos que a abordagem pelo viés da História Política facilita a compreensão e a análise de nosso complexo processo histórico e, principalmente, da área em que dispensamos os estudos que remetem às ingerências e resistências dos educadores e dos profissionais da imprensa durante o regime civil-militar brasileiro.

O regime civil-militar brasileiro e suas relações com a imprensa

As justificativas dos setores comprometidos com a destituição do presidente João Goulart, em 1964, deram-se na dimensão de que o país atravessava, internamente, um caos político, econômico e social, e, externamente, o mundo estava inserido no contexto e nos embates da Guerra Fria. O modelo nacional desenvolvimentista, do período populista de 1946-1964, entrou em colapso e foi substituído pela doutrina de segurança nacional de contenção ao comunismo, marcada pela interdependência entre o Brasil e os Estados Unidos, com o objetivo de preservar o modelo econômico implantado sob influência estadunidense, ancorado nos interesses do capital internacional e nacional, bem como a cultura política conservadora. Nos termos de Vianna (1998, p. 197), o sistema capitalista “não poderia prescindir do autoritarismo, marca intrínseca ao seu modo de manifestação no país, as lutas pela democracia incorporavam uma carga de sentido anticapitalista”. Corroborando com essas reflexões, pode-se afirmar que:

No Brasil, além dos fatores internacionais, foram principalmente aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas. O processo de democratização política e social, com a crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” – agrária, educacional, tributária e outras que permitissem a distribuição mais equitativa da riqueza e o acesso de todos aos direitos de cidadania –, foi interrompido pelo Golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de lavradores, operários, estudantes e militares de baixa

patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pelo questionamento dos de baixo, que tomaram a iniciativa política (RIDENTI, 2014, p. 20).

A interseção de variáveis históricas externas e internas instituiu uma conjuntura política, econômica, social e cultural na qual a revolução parecia possível para a construção da utopia do futuro capaz de erigir um homem novo e um país mais igualitário. Provavelmente em nenhum período da história do país a revolução popular, de caráter mais progressista, tenha chegado tão próxima de ocorrer como no início dos anos de 1960. Esse propósito de se implantar um modelo mais equânime capaz de alterar substancialmente a qualidade de vida do povo brasileiro, os setores conservadores trataram de anular. Assim, O golpe civil-militar de 1964 não só conseguiu destruir essas ações e pensamentos igualitários, como anulou os mais diversos e interessantes projetos culturais populares identificados com as esquerdas, a exemplo das concepções artísticas de estéticas tão inovadoras dos CPCs – Centros Populares de Cultura –, e os espetáculos do Teatro Oficina e do Opinião, o Cinema Novo e as músicas de protesto. No final dos anos 50 e início dos 60, se estabeleceu uma arte mais engajada capaz de buscar nas raízes do povo brasileiro as matrizes para uma revolução nacional e popular em direção à superação do subdesenvolvimento.

Sob o prisma dos setores mais conservadores, essa conjuntura política e cultural efervescente e progressista, deveria ser contida. E o discurso dos opositores ao governo Jango era de que somente um regime forte comandado pelos militares seria capaz de manter a ordem e afastar o risco de implantação de um regime socialista no país. Em reação às constantes mobilizações populares de esquerda, que exigiam maior justiça social e representatividade política, os setores conservadores conspiraram para a implantação do golpe militar. Nesse contexto de grande mobilização popular e instabilidade institucional com a ameaça golpista, os discursos vinculados à ordem, à disciplina, à democracia e à preservação da família reverberaram-se, e o governo Jango não resistiu.

Entretanto, apesar das constantes ingerências dos militares no processo político, na história do país, anterior a 1964, esses nunca haviam exercido o poder em nome das Forças Armadas por um período tão extenso:

(...) envolveram-se amiúde na política: de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatoss, de intervenções pontuais a pressões de

gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República. Porém, a partir dos anos 1910, a tentação de intervir na cena pública fez-se acompanhar de uma preocupação quanto às desordens internas que tal comportamento poderia acarretar. Temeu-se, depois constatou-se, que o envolvimento na política suscitaria discussões, debates e conflitos no seio da corporação que atentariam contra a ordem hierárquica e sua eficácia. Essa preocupação aumentou ao longo do tempo e o *esprit de corps*⁶ das Forças Armadas constituiu-se, progressivamente, em torno de uma visão negativa da política, acusada de desagregar a instituição, ser nociva à disciplina e corromper a alma pura do oficial. Formou-se, assim, um ideal de profissionalismo e apolitismo militar. A contradição entre esse ideal e as frequentes intervenções foi muitas vezes incômoda (CHIRIO, 2012, p. 7).

Apesar desse discurso de despolitização, os militares de alta patente buscaram associar-se aos setores dominantes em busca de sustentação política. Denominarmos de regime civil-militar e não somente regime militar deve-se ao fato de que o poder político não foi exclusividade dos membros das Forças Armadas, afinal os militares se cercaram de uma grande estrutura burocrática composta por elementos civis da intelectualidade e do empresariado brasileiro, denominados tecnoburocratas, essenciais na administração do Estado discricionário. Quem exercia o poder no país se constituía pelos seguintes setores sociais:

(...) os militares que se encontravam no governo e desfrutavam de posições de mando e decisão e, também, aqueles que chefiavam órgãos e institutos (a ESG⁷, por exemplo) que visavam criar condições no campo objetivo e subjetivo para solidificar o regime em vigor através do estabelecimento de determinados valores sociais; a tecnoburocracia civil que possuía em seu quadro tanto representantes diretos do grande capital (Mário H. Simonsen, Marcos V. Pratiní de Moraes etc.) quanto outros atores sociais que participavam dos mecanismos decisórios no interior do governo e/ou Estado; os representantes do grande capital que possuíam posições de poder (mesmo não ocupando cargos no governo ou no Estado) e que se utilizavam de diversos canais políticos para fazer prevalecer seus valores e interesses; e, por último, os representantes dos partidos políticos que expressavam de diversas formas os seus compromissos com os setores anteriormente citados, atuando no Congresso e em suas bases eleitorais, negociando em diversas instâncias do governo etc. (REZENDE, 2013, p. 8)

Corroborando com o pensamento acima, Ridenti (2010) afirma que os militares, para ter legitimidade, buscaram ampliar suas bases de sustentação nos setores civis, tais como no empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais, setores das classes médias, grande imprensa, instituições religiosas e profissionais liberais. Entretanto, a parcela da população mais politizada, engajada e organizada em sindicatos e partidos

políticos foram os mais perseguidos. Defendendo a formulação de um golpe preventivo, o governo civil-militar divulgava a imagem de que a retomada do crescimento econômico e o combate à inflação e à subversão comunista só seriam possíveis com a manutenção da ordem pública.

O discurso de uma renovação conservadora buscava mesclar, ao mesmo tempo, elementos de mudança e de conservação para manter a ordem burguesa. Em outras palavras, foi uma tática de recorrer à proteção do Estado para compensar a debilidade dos setores conservadores que se sentiam ameaçados. Assim, impuseram um processo de modernização autoritária capaz de promover o desenvolvimento, embora à custa do cerceamento das liberdades democráticas e concentração de riquezas. Ainda nestes termos, pode-se asseverar que:

Para garantir a modernização conservadora da sociedade brasileira, o avanço econômico, industrial e tecnológico que só se efetivaria em sua plenitude sob a bota dos militares nos anos 1960 e 1970, quando a maioria da população brasileira, justamente a que deu suor e sangue para “desenvolver” o país, ficou praticamente excluída dos benefícios da modernização que trouxe consigo uma concentração de riquezas, ainda maior do que a existente até então. As massas despossuídas, a criminalidade, o subemprego, a exploração do trabalho, as carências de alimentação, saúde, moradia e educação tenderiam a crescer na mesma razão em que a “nação” se desenvolvia e modernizava (RIDENTI, 2010, p. 23-24).

O discurso dos golpistas era paradoxal, na medida em que afirmavam que a deposição do presidente, democraticamente eleito, João Goulart (1961-1964) era essencial para salvaguardar a democracia. E, para tentar dissimular esta contradição e estabelecer uma base maior de sustentação ao seu governo, o regime civil-militar implantado, gradualmente desmantelou as instituições políticas comprometidas com a democracia e passou a construir uma base de sustentação de forma que fosse capaz de estabelecer sua aceitação para manter-se no poder e construir sua identidade e hegemonia com um consenso sociopolítico. Contraditoriamente, o regime instalado ditatorialmente buscava legalizar suas ações por meio da construção de um discurso falacioso de preservação dos valores ditos “democráticos”. Mas, diante da mobilização dos setores oposicionistas contra o regime discricionário, a prática dos que implantaram a deposição de Goulart, em 1964, foi cada vez mais se afastando do discurso democrático. A busca por legitimidade para encontrar a adesão e consolidar sua hegemonia não foi uma operação simplificada e, gradualmente, a oposição foi

silenciada através da implementação de um conjunto de componentes jurídicos por intermédio de atos institucionais e repressão através de demissões e prisões arbitrárias, cassações, exílios e assassinatos aos que contrariassem os valores e determinações do regime de 1964. Justificava-se, assim, a repressão a determinados grupos que se negavam a identificar-se com o governo. Ademais, tudo o que estava fora dos limites dessa relação de identificação em quaisquer campos estava sujeito ao controle, ao silenciamento e até à eliminação.

Na concepção de Gramsci (2001), a hegemonia de um Estado não se consolida e se mantém pelo uso constante da violência, assim, um conjunto de instrumentos ideológicos do Estado – componentes da superestrutura jurídica, política, ideológica e cultural – foi utilizado para manter seu domínio e alargar sua base de sustentação, tais como a publicação de uma série de atos institucionais ou por meio da propaganda ufanista para cooptar os formadores de opinião visando a um maior domínio sobre a população. A singularidade do Estado autoritário assentava-se não só na coerção, mas também no *marketing*, no crescimento econômico e em uma série de aparatos jurídicos por meio de atos institucionais em uma suposta tentativa de busca de legitimidade e consenso. Segundo Silva (2009, p. 2), durante os governos civis-militares foram produzidos “uma Constituição, dezessete Atos Institucionais, cento e cinco Atos Complementares e quarenta Emendas Constitucionais, incluindo a Emenda nº. 01/69 que de tão extensa ficou conhecida como a ‘Constituição de 1969’”. Buscou-se um esforço para criar uma aparência de normalidade para a vida social e política para impedir a representação de que era um regime discricionário, evitando-se assim a perspectiva da excepcionalidade e do arbítrio:

Como não conseguiram eliminar a diversidade da tessitura social e merecerem o consenso almejado, os governos autoritários brasileiros do período em questão conviveram com uma constante crise de legitimidade. Para combatê-la, lançaram mão de inúmeros artifícios: força, repressão, medidas econômicas que beneficiavam a classe média, propaganda e edição de inúmeras leis que lhes propiciassem o discurso de que tomavam medidas com base na legalidade e não no arbítrio. (...) A ênfase dos governos militares na difusão de que as medidas políticas que tomavam estavam de conformidade com a legislação nacional (mesmo que para tanto tenham, eles próprios, editado inúmeras leis) foi uma importante estratégia de obtenção de legitimidade, evidenciando a cultura da legalidade desenvolvida no decorrer da história do Brasil como parte integrante da cultura política nacional (SILVA, 2009, p. 1).

Além desse esforço regulatório na busca por legitimidade, os grupos que detêm

o poder também buscaram ampliar suas bases de sustentação entre as redes de comunicação, através de contratos milionários de publicidade com a utilização das diversas mídias, seja para divulgar as empresas estatais e as ações de governo ou mesmo para fazer propagandas reforçando a imagem de suas lideranças visando às próximas eleições de seus candidatos e, conseqüentemente, à manutenção do poder. Nesse jogo de poder, as relações nem sempre são pautadas pela autonomia e pela ética:

Até boa parte do século XX, uma significativa parcela da receita da televisão e dos jornais brasileiros vinha dos cofres públicos, o que facilitava o vínculo entre os governos e o jornalismo. Some-se a isso a cultura de servilismo fomentada durante a ditadura e os recorrentes e rumorosos casos de financiamento ou outras formas de subsídio governamental recebidos pelos meios de comunicação até os dias de hoje[...]. Tal situação é comum, com jornais, emissoras de rádio e televisão defendendo tal ou qual instituição, governo ou empresa por causa de benefícios como a compra de espaço publicitário. Essa realidade foi agravada pelo fato de as concessões para a exploração de serviços de rádio e televisão no Brasil seguirem, até meados dos anos 90, critérios políticos: parlamentares ou apadrinhados recebiam concessões, atendendo-se as preferências do governante de plantão. [...] Favorecimentos, sedução por recursos públicos, uma legislação discutível e problemas de financiamento desenvolveram uma cultura em que não há uma fronteira demarcada entre interesses públicos e privados (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004, p. 24-26).

Na Era Vargas (1930-1945), a questão do controle da mídia e da cultura de uma forma geral passou a ser concebida em termos políticos. O regime varguista, principalmente em sua fase mais autoritária, o Estado Novo (1937-1945), criou seus próprios aparatos culturais, que difundiam a ideologia oficial para o conjunto da sociedade, a exemplo do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Esse órgão se efetivou com uma máquina de propaganda política do Estado centralizador, intervencionista e autoritário, assumindo o controle e o monopólio da informação e da cultura. Em seu desenvolvimento, o DIP buscava, através de subvenções e patrocínios, cooptar intelectuais e artistas para sua área de influência, em prol de Vargas, ou mesmo eliminando os veículos de comunicação e artistas de oposição. O DIP não só se tornou eficiente na difusão do projeto político-ideológico, alargando a base de sustentação e legitimação do regime varguista, mas, essencialmente consolidou o símbolo de unidade nacional e coesão social do líder carismático (CAPELATO, 2009).

No período civil-militar de 1964-1985, a propaganda, o controle e a censura se intensificaram. Mas qual a influência da mídia sobre a opinião pública? Jeanneney (2003) afirma que os meios de comunicação desempenham um papel relevante na

evolução dos comportamentos políticos, principalmente na definição das eleições, mas alerta que os governantes tendem a exagerar muito nessa avaliação. Ainda segundo o autor, sua influência obedece a ritmos de diferentes durações, pois, em curto prazo, a mídia tem o poder de reforçar as convicções políticas e comportamentais pré-estabelecidas, enquanto, a longo prazo, modela culturas, atitudes e mentalidades. Corroborando com essa ideia, Capelato analisa que não se pode exagerar sobre a importância da propaganda política no que se refere ao controle das consciências:

(...) só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a “opinião única”. Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: sem conseguir adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder (CAPELATO, 1999, p. 178).

Entre os historiadores identificados com a História Política renovada, o uso da mídia, seja como objeto ou fonte de pesquisa, tem-se ampliado consideravelmente. As pesquisas e reflexões sobre a atuação da imprensa ante o golpe e a consolidação do regime civil-militar brasileiro implantado em 1964 e suas implicações em relação à liberdade de expressão, controle e manipulação sobre a sociedade são relevantes para a História Política recente do país, principalmente porque, mesmo após quase três décadas de redemocratização, algumas marcas do período discricionário ainda permanecem.

Alguns veículos da grande mídia e redes de comunicação nacionais, tais como os periódicos “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “O Globo”, “O Estado de Minas”, dentre outros, não só apoiaram o golpe de Estado contra o governo de João Goulart (1961-1964), como também foram sustentáculos do regime ditatorial, ora manipulando as notícias contrárias ao governo civil-militar, ora exaltando as realizações do regime discricionário.

Por outro lado, nesse período, diferentemente da atuação da grande imprensa nacional, também ganhou destaque a criativa e combativa imprensa de resistência à ordem imposta, denominada de alternativa, quase sempre com jornalistas utilizando codinomes para terem mais autonomia; estes procuravam atuar na clandestinidade para escapar das perseguições dos órgãos de repressão e censura. Muitos desses jornalistas, ideologicamente identificados com a esquerda, em suas publicações, ora escrachadas, ora com fina ironia e humor, utilizavam charges, caricaturas, paródias e sátiras e, se

arriscavam na luta pelos direitos humanos e na defesa da democracia, principalmente pela liberdade de opinião. Esse modelo alternativo de jornalismo, com destaque para o “Pasquim”, marcou toda uma geração de publicitários e jornalistas.

Considerações finais

Para compreender o contexto histórico em que se deu o golpe de 64 e as relações entre a mídia e a crise política institucional responsável pela deposição do presidente João Goulart, torna-se essencial analisar o discurso político conservador que defendia a necessidade de manter a ordem socioeconômica capitalista. O modelo nacional desenvolvimentista entrou em colapso e foi substituído pela doutrina de segurança nacional, marcada pela interdependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, com o objetivo de manter o modelo econômico implantado, baseado nos interesses do capital internacional e nacional, bem como a cultura política conservadora.

O aparelho repressivo buscou calar seus oponentes, através da publicação de uma série de atos institucionais ou por meio da publicidade ufanista. Por outro lado, a cooptação dos formadores de opinião buscava um maior domínio cultural sobre a população. Esses foram alguns dos instrumentos ideológicos do Estado, que compõem a superestrutura jurídica, política, ideológica e cultural para manter seu domínio.

Assim, as regulamentações, arbitrariedades e demais instrumentos de coerção buscaram determinar as normatizações sobre os meios de comunicação e modelos comportamentais por um viés conservador, nos quais os intelectuais, professores, jornalistas, artistas, dentre tantos outros profissionais, foram vigiados e postos sob a tutela da censura. Os censores do Estado, em seus discursos, atentavam para a moral, os bons costumes e os valores da tradicional família cristã, com vistas a combater a ameaça comunista. Para silenciar os formadores de opinião, rotulados como subversivos, os tecnocratas fizeram uso de diversos órgãos, instrumentos e estratégias de inspeção e fiscalização, buscando diversificar as formas de imposição, seja por meio de solicitações e recomendações aos proprietários dos veículos de comunicação ou até mesmo a censura prévia aos jornais, editoras, emissoras de televisão e rádio ou através da autocensura, com a manipulação sobre a mídia (KUSHINIR, 2004).

Mesmo nos períodos mais duros do regime de exceção, essencialmente entre 1968 e 1978, na vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), com as incontáveis tentativas de silenciar os opositores, os movimentos culturais de expressiva capacidade criadora

resistiram e não se calaram. Apesar da censura, dos reduzidos recursos financeiros, da falta de apoio e de todas as adversidades enfrentadas para a divulgação de seus trabalhos, os intelectuais e artistas procuraram marcar presença. Um dos instrumentos de contestação era o uso de subterfúgios de metáfora para fazer arte, com o intuito de combater as arbitrariedades das ações governamentais. O importante era não se submeter às imposições do regime discricionário.

Dessa forma, na trajetória política brasileira coexistiram e, em muitos casos, ainda persistem práticas elitistas, oligárquicas, patrimonialistas e populistas que afetam as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, que acabam por fragilizar o fortalecimento de uma cultura verdadeiramente democrática, participativa e pluralista.

Assim, o golpe civil-militar não deve ser analisado exclusivamente pelo viés econômico, remete também para a compreensão dos imaginários e interpretações sociais, das disputas políticas, da atuação de partidos políticos e da mídia, de oposição ou de situação, das ações dos movimentos de resistências, das limitações dos investimentos sociais e suas consequências para as classes populares, bem como a reflexão sobre os interesses individuais e coletivos, além dos acordos feitos nos centros de poder que atingiram os variados setores da sociedade, enfim, aquilo que remete não apenas ao político ou ao econômico.

Referências

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University press, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003, p. 37-56.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_sem_a_marca.pdf>. Acesso em 10 fev. 2014.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.
- _____, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. p. 167-178. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf?sequence=#page=159>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 97-138.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FREITAS, Maria Raquel Lino de. *Cidadania e Tutela na Política de Assistência Social: uma análise da cultura política de gestores e usuários na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel. *Culturas políticas. Ensaios de história cultural e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 21-44.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiz Martins. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 179-193.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

_____, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Márcia Pereira da. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. *História*, Franca, v. 28, n. 2, p. 17-42, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/02.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998, p. 185-201.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Ed. UnB, 2000.
ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

Notas

¹ Consideramos que o golpe de Estado e o governo que se impôs a partir de 1964 tiveram como protagonistas elementos das Forças Armadas, principalmente do Exército. Todavia, não foi meramente uma quartelada, uma vez que contou com o apoio decisivo e a participação de uma parcela significativa de segmentos da sociedade civil. Foi resultado de uma conspiração envolvendo militares, empresários, grande imprensa e a Igreja Católica conservadora, unidos no que foi, de fato, um clássico golpe civil-militar (DREIFUSS, 1981). Por isso, utilizaremos a nomenclatura civil-militar, embora sem a pretensão de realizar detidamente a análise de tal discussão no espaço deste artigo.

² A publicação da Revista dos Annales, ao final dos anos de 1920, transformou-se em um movimento denominado de “Nova História” ou Escola das “Mentalidades” –, uma crítica aos velhos métodos para o entendimento do passado. Utilizaram a interdisciplinaridade, com conceitos da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia e Filosofia. O arrojo dos Annales foi usar os fundamentos de outras disciplinas e a construção de perspectivas – para o entendimento da história – que até então estavam marginalizadas pelos historiadores comprometidos com a história política das instituições e das elites (BURKE, 1991).

³ Nos anos 30, do século XIX, em viagem oficial aos Estados Unidos, o jovem francês Alexis de Tocqueville analisou a organização social e política republicana e as relações do Estado com a sociedade civil. O autor argumenta que a solidez da democracia nos Estados Unidos, deve-se não somente às instituições políticas, mas principalmente aos hábitos e costumes do povo norte-americano, ou seja, a manutenção do espírito virtuoso de associação e de participação política advém da tradição cultural de seu espírito cívico, essencial para a preservação das instituições políticas democráticas.

⁴ Almond e Verba (1989) compreendem que a cultura política se divide em três pontos basilares: cultura política paroquial, característica das sociedades menos desenvolvidas que são influenciadas por ideais e crenças religiosas; cultura política da sujeição, típica de democracias em que os cidadãos não contestam as injunções do Poder Executivo; e cultura política participativa, particularidade das civilizações com alto padrão de desenvolvimento e valores culturais ocidentais, com a presença de eleições e imprensa livres, pluralismo de opiniões, Parlamento e legislação com direitos civis e instituições democráticas sólidas.

⁵ Ver mais nos clássicos: “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda; “Os donos do poder”, de Raimundo Faoro; “Coronelismo, enxada e voto”, de Vitor Nunes Leal; “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, de José Murilo de Carvalho.

⁶ Na citação, manteve-se a grafia original da palavra.

⁷ Inspirada no similar National War College norte-americano, a ESG nasceu em 1949 sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas. Sua orientação era marcada por forte ideologia anticomunista, que se traduziu na mencionada Doutrina de Segurança Nacional, com base na qual se construiu o aparato capaz de controlar toda a vida política no país e formar quadros para ocupar cargos de direção no novo governo. O grupo de oficiais da ESG também montou o Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos pilares da ditadura, concebido pelo principal teórico do regime, o general Golbery do Couto e Silva. A ESG e o SNI desenvolveram um papel político fundamental na implantação e defesa do governo de exceção. (...) A Doutrina de Segurança Nacional, idealizada em grande parte por Golbery, foi uma tentativa de fundamentar conceitualmente a suspensão das garantias constitucionais, a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham por meio de atividades clandestinas (BRASIL, 2007, p. 22).

Artigo recebido em 26/09/2014. Aprovado em 16/10/2014.